

Presente à reunião de 25/06/2018



Município de
Paços de Ferreira
Câmara Municipal

40

Parecer:

Despacho:

Concordo

à Consideração do Sr Presidente
que agendou à próxima
reunião do executivo

21/06/2018
[Signature]

Celina Pinheiro Castro

Nº Registo: 2297

Informação n.º

Data Entrada: 21/06/2018

Classificação:

Remetente: Célia Pinheiro Castro

Destinatário: Joaquim Adelino Moreira Sousa

Assunto: Prestação contas consolidada 2017

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, têm vindo a recorrer a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial.

Neste contexto, facilmente se comprehende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

O Município de Paços de Ferreira não foi exceção e detém participações em diferentes entidades.



A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

As contas consolidadas do exercício de 2017 apresentadas em anexo tiveram os ajustamentos e recomendações do revisor oficial de contas.

Propõe-se ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal o agendamento do presente assunto à próxima reunião do executivo.

À Consideração Superior.

Paços de Ferreira, 21 de junho de 2018

Chefe Divisão

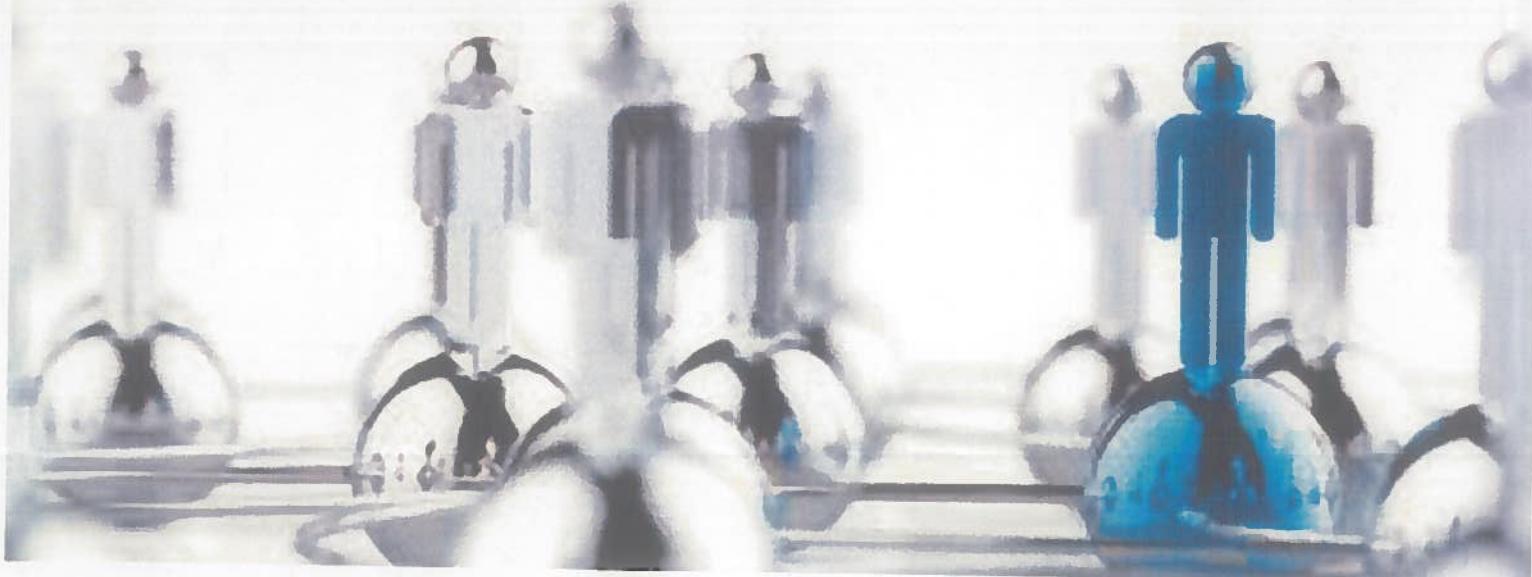
(Célia Pinheiro Castro)



62
CAPITAL EUROPEIA
DO MÓVEL
PAÇOS DE FERREIRA

MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA

CONTAS
CONSOLIDADAS **2017**





INDICE

<u>1. INTRODUÇÃO</u>	2
<u>2. GLOSSÁRIO DE TERMOS</u>	3
<u>3. GRUPO AUTÁRQUICO E DEM. FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</u>	3
<u>4. PERÍMETRO DE CONSOLIDACAO E MÉTODOS A APLICAR</u>	4
<u>5. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES</u>	5
5.1 MUNICÍPIO PAÇOS DE FERREIRA	5
5.2 GESPAÇOS, EM, S.A.	6
5.3 MUNICÍPIA, EM, S.A.	6
<u>6. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO</u>	7
6.1 HOMOGENEIZAÇÃO	7
6.2 AGREGAÇÃO	8
6.3 ELIMINAÇÕES DE OPERAÇÕES INTERNAS	8
6.4 MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO	8
<u>7. BALANÇO CONSOLIDADO E ANÁLISE</u>	9
<u>8. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA E ANÁLISE</u>	12
<u>9. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS E ANÁLISE</u>	14
<u>10. INDICADORES DE GESTÃO</u>	15
<u>11. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS</u>	18
11.1 INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS	18
11.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA	20
11.3 INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	20
11.4 MONTANTE TOTAL DAS DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO E QUE SE VENCEM NOS QUATROS ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO.	21
11.5 INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS	22
11.6 CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA	22
11.7 INFORMAÇÕES DIVERSAS	25
Anexos	28



1. INTRODUÇÃO

A consolidação de contas municipais surge como uma ferramenta de gestão para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, bem como avaliar o desempenho das políticas. Terminado o processo de consolidação, as demonstrações económicas e financeiras individuais de um conjunto de entidades ligadas entre si, dão origem a demonstrações financeiras únicas, como se tratasse de uma única entidade, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

A anterior Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local.

De facto o nº1 do artº 46 estabelecia que “*Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.*”

Note-se que, apesar da LFL estabelecer a obrigatoriedade, remetendo ao POCAL no nº 2 do mesmo artigo, consultando este diploma verifica-se que no POCAL não existem normas específicas sobre procedimentos e métodos relativos à consolidação de contas.

Em 15 de junho de 2010, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 01 de Julho através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” e cujo âmbito inclui os municípios. O diploma veio estabelecer definições, princípios, métodos e procedimentos que devem ser verificados no processo de consolidação.

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2016.

Conforme estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidadas podem ser aprovados em momento diferente das contas individuais do município.

As contas consolidadas deverão ser ainda remetidas ao Tribunal de Contas, em conformidade com o disposto no nº 4, do art. 52º da Lei n.º 20/2015, de 9/3, até 30 de Junho do ano seguinte àquele a que dizem respeito.





2. GLOSSÁRIO DE TERMOS

Em termos de glossário, os conceitos utilizados na consolidação de contas são os que a seguir se apresentam:

"Entidade mãe ou entidade consolidante" - uma entidade que tem uma ou mais entidades controladas, no caso o Município;

- a) "Entidade controlada ou entidade consolidada" - uma entidade que está sob o controlo de uma outra entidade, designada por entidade mãe;
- b) "Grupo público" - o conjunto constituído pela entidade mãe e pelas entidades controladas;
- c) "Perímetro de Consolidação" – Abrange o conjunto de entidades relativamente às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.
- d) "Controlo" - o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades;
- e) "Influência significativa" o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais da participada sem exercer o controlo sobre essas políticas;
- f) "Demonstrações financeiras consolidadas" as demonstrações financeiras de um grupo público apresentadas como se de uma única entidade se tratasse;

3. GRUPO AUTÁRQUICO E DEM. FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A atual LFL, regulamentada na Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, define no seu art.º 75:

- que os Municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas;
- o grupo autárquico é composto pelo Município (entidade consolidante) e pelas entidades controladas direta ou indiretamente;
- os pressupostos de existência ou presunção de controlo estão enumerados nos nº 4 e 5 do mesmo artigo;
- os documentos de prestação de contas consolidadas estão especificados no nº 7:
 - a) Balanço consolidado;
 - b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
 - c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
 - d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas.

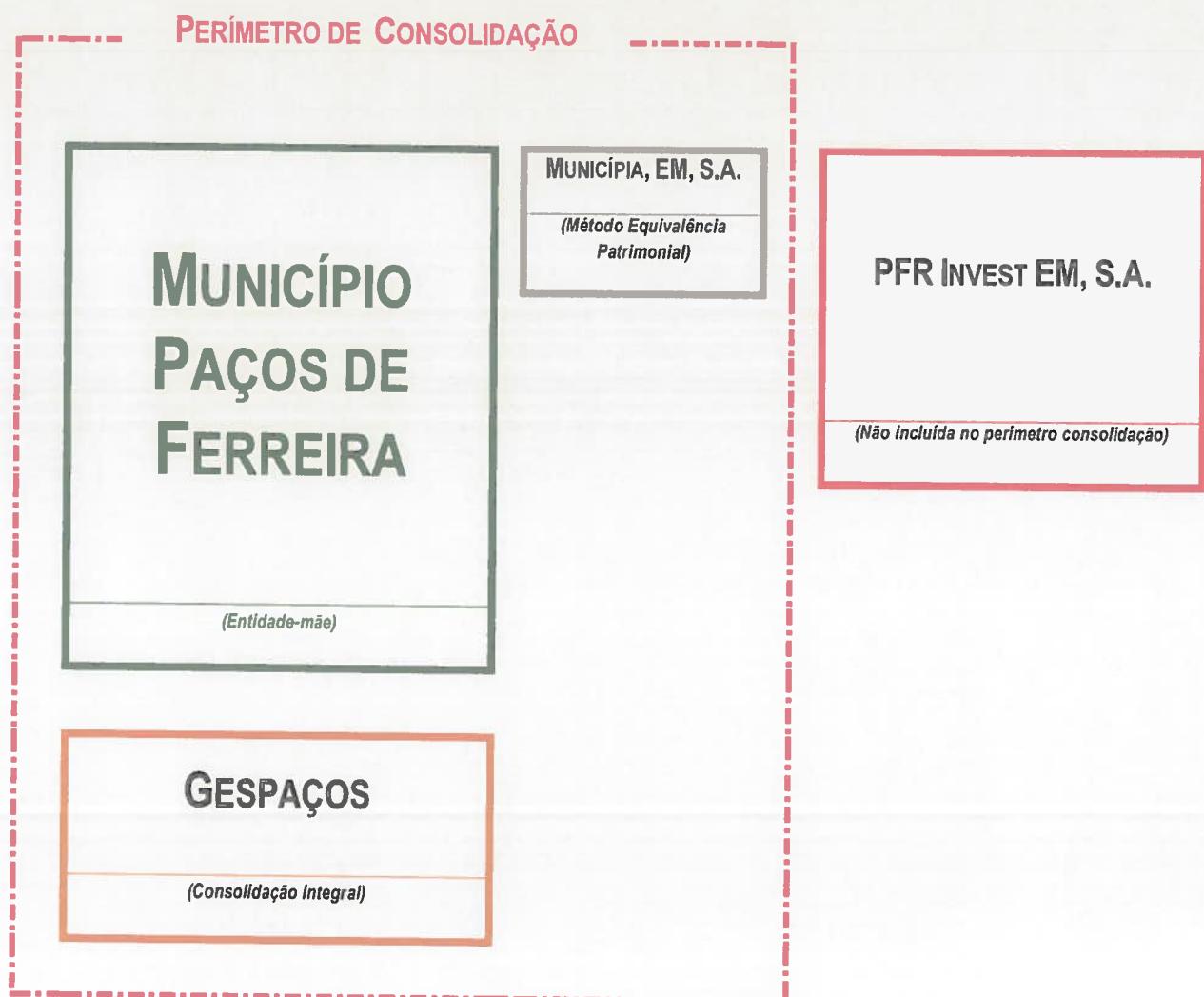


4. PERÍMETRO DE CONSOLIDACAO E MÉTODOS A APLICAR

Este ponto está detalhadamente explicado no Anexo ao Balanço e Demonstração Resultados Consolidada. O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Para definição do perímetro de consolidação foi usado o Mapa das Entidades Societárias e Entidades Não Societárias, enquadrando com a legislação aplicável e explicado o enquadramento no Anexo.

De uma forma esquematizada e simples apresentamos o perímetro de consolidação/grupo autárquico:



A empresa PFR Invest, EM, S.A., não foi incluída no perímetro. A justificação para a não inclusão está presente no ponto 11.1.2 – Entidade Excluídas do Perímetro de Consolidação, do Anexo Balanço e Demonstração Resultados Consolidados.





5. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

À data das últimas prestações de contas, a informação sobre as entidades do perímetro de consolidação apresenta-se a seguir.

5.1 Município Paços de Ferreira

Denominação	Município de Paços de Ferreira
NIPC	502 173 297
Sede Social	Praça da República, 46 4590-527 Paços de Ferreira
Objeto Social	Autarquia Local
Data Fecho Contas	31/12/2017
Órgão Executivo	PRESIDENTE HUMBERTO FERNANDO LEÃO PACHECO DE BRITO VEREADORES PAULO SÉRGIO LEITÃO BARBOSA JOAQUIM ADELINO MOREIRA SOUSA FILOMENA LUÍS NOGUEIRA DA SILVA PAULO JORGE RODRIGUES FERREIRA JOAQUIM AGOSTINHO MOREIRA SILVA PINTO CÉLIA SILVA CARNEIRO
Sistema Contabilístico	POCAL





5.2 Gespaços, EM, S.A.

Denominação	GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.
NIPC	505 317 982
Sede Social	Rua Capitão da Praça, 145 4590-570 Paços de Ferreira
Objeto Social	Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto
Data Fecho Contas	31/12/2017
Órgãos Sociais	<p>CONSELHO ADMINISTRAÇÃO Presidente José Henrique Soares</p> <p>VOGAIS António Filipe Bessa Marques Joaquim Martins Carneiro Leão</p> <p>FISCAL ÚNICO EFETIVO BDO & ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa Ferreira</p>
Sistema Contabilístico	SNC

5.3 Municípia, EM, S.A.

Denominação	Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.
NIPC	504 475 606
Sede Social	Taguspark - Edifício Ciência II, nº 11- 3º B 2740-120 PORTO SALVO
Objeto Social	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.
Data Fecho Contas	31/12/2017
Órgãos Sociais	<p>ASSEMBLEIA GERAL Presidente Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos</p> <p>CONSELHO ADMINISTRAÇÃO Presidente Dr. Fernando do Nascimento Trigo</p> <p>Administrador Dr. João Pedro Brito da Silva</p> <p>FISCAL ÚNICO Dr. Joaquim dos Santos Silva, membro efetivo em representação da Diz, Silva e Duarte, SROC</p>
Sistema Contabilístico	SNC





6. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Relativamente à consolidação de contas no POCAL não existem normas específicas sobre procedimentos e métodos.

No cumprimento da Lei das Finanças Locais (art.º os 75º e 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), foram efetuados procedimentos de consolidação de contas do Grupo Municipal, de acordo com a Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 01 de Julho, tendo em conta as Instruções divulgadas pelo grupo SATAPCAL em maio de 2010 e maio de 2015.

Assim e relativamente aos procedimentos e métodos a aplicar, a Lei 73/2013 remete-nos no seu nº 8 para a Portaria 474/2010, de 01 de Julho.

Em caso de dúvida, foram aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS 6), que constituíram a base para a Orientação técnica anexa à referida Portaria.

Note-se que para efeitos de consolidação, as demonstrações financeiras (individuais) das entidades pertencentes ao grupo público devem ser preparadas na mesma base contabilística (no caso, de acordo com o POCAL).

6.1 Homogeneização

a) Homogeneização temporal da informação financeira – as contas das entidades a consolidar deverão reportar-se ao mesmo período temporal. Se durante o exercício económico uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas nas contas consolidadas com referência a 31 de dezembro;

b) Homogeneização valorativa da informação financeira – as entidades incluídas no perímetro de consolidação devem converter os seus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público. Se algum elemento materialmente relevante for mensurado por método que não cumpra o requisito de uniformidade estabelecido, esse elemento deverá ser objeto de reclassificação ou remensuração, unicamente para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas;

c) Homogeneização de operações internas – necessidade de eventuais correções nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente, decorrentes de saldos ou fluxos não coincidentes entre entidades que integram o perímetro de consolidação;

d) Homogeneização para realizar a agregação – sempre que a estrutura das demonstrações financeiras anuais de uma entidade a consolidar não coincida com a das demonstrações financeiras consolidadas deverão efetuar-se as necessárias reclassificações às contas anuais individuais.

No caso da homogeneização, o facto de o município ser a única entidade que aplica o POCAL, sendo que todas as outras aplicam o SNC, origina trabalho acrescido no que respeita à correspondência entre planos, para obter dessa forma a homogeneização da informação.



6.2 Agregação

Respeita à operação inicial de integração de saldos das entidades a consolidar. Consiste na soma dos elementos do ativo, capitais próprios e passivos (Balanço), bem como dos elementos de resultados (Demonstração Resultados) depois de homogeneizadas as informações individuais.

6.3 Eliminações de Operações Internas

As operações internas entre entidades que fazem parte do mesmo grupo público devem ser eliminadas. Estas operações respeitam a: - Créditos e débitos; - Gastos e rendimentos; - Despesas e Receitas orçamentais. Na Orientação n.º 1/2010 refere também a eliminação de resultados internos contidos em elementos patrimoniais, como sejam lucros ou prejuízos internos contidos em stocks ou em imobilizados, em que também terá que proceder-se à sua eliminação, e no caso de lucro interno contido em imobilizados também terá que proceder-se à correção das depreciações enquanto os bens não estiverem totalmente reintegrados.

6.4 Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação previstos na Portaria 474/2010, de 01 de Julho são:

Método da simples agregação – aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante, traduz-se na soma algébrica dos balanços, sendo necessário eliminar saldos, transações, transferências e subsídios e dos resultados incorporados na agregação;

Método de consolidação integral – aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada e consiste na integração nas Dem. Financeiras da entidade consolidante dos elementos das Dem. Financeiras das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, se houver, designados para este efeito como interesses minoritários.

Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa (participação > 20% e < 50%) sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.





7. BALANÇO CONSOLIDADO E ANÁLISE

Código das Contas POCAL	ACTIVO	BALANÇO CONSOLIDADO				VAR %	
		2017			2016		
		AB	AP	AL			
	IMOBILIZADO						
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
451	Terrenos e recursos naturais	34 316 443,20	0,00	34 316 443,20	34 316 443,20	0	
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00		
453	Oulras construções e infra-estruturas	22 832 188,20	14 144 510,77	8 687 677,43	7 765 815,69	11,87	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	9 352,05	0,00	9 352,05	9 352,05	0	
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00		
445	Imobilizações em curso	164 047,56	0,00	164 047,56	53 094,44	208,97	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00		
		57 322 031,01	14 144 510,77	43 177 520,24	42 144 705,38	2,45	
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00		
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	122 732,45	34 386,59	88 345,86	19 166,50	360,94	
433	Propriedade industrial e outros direitos	301 660,71	0,00	301 660,71	227 596,98	32,54	
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00		
		424 393,16	34 386,59	390 006,57	246 763,48	58,05	
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
421	Terrenos e recursos naturais	21 321 658,55	0,00	21 321 658,55	21 321 658,55	0	
422	Edifícios e outras construções	101 080 630,23	18 388 353,31	82 692 276,92	84 750 539,42	-2,43	
423	Equipamento básico	6 510 228,90	2 098 397,70	4 411 831,20	4 385 083,09	0,61	
424	Equipamento de transporte	1 955 346,55	1 520 599,96	434 746,59	428 030,37	1,57	
425	Ferramentas e utensílios	56 268,50	6 892,40	49 376,10	43 446,04	13,65	
426	Equipamento administrativo	1 084 568,16	85 878,76	998 689,40	984 843,18	1,41	
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00		
429	Outras imobilizações corpóreas	138 848,04	55 253,64	83 594,40	73 931,31	13,07	
442	Imobilizações em curso	33 694 059,77	0,00	33 694 059,77	34 527 534,84	-2,41	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	3 090 250,74	0,00	3 090 250,74	3 090 250,74	0	
		168 931 859,44	22 155 375,77	146 776 483,67	149 605 317,54	-1,89	
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
411	Partes de capital	961 318,12	622 445,91	338 872,21	338 795,82	0,02	
412	Obrigações e títulos de participação	1 077 896,39	0,00	1 077 896,39	1 077 896,39	0	
414	Investimentos em imóveis	0,00	8 505,96	-8 505,96	0,00		
415	Outras aplicações financeiras	846,45	0,00	846,45	1 148,18	-26,28	
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		
		2 040 060,96	630 951,87	1 409 109,09	1 417 840,39	-0,62	
	CIRCULANTE						
	Existências						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	237 843,23	0,00	237 843,23	175 962,12	35,17	
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00		
33	Produto acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00		
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00		
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00		
		237 843,23	0,00	237 843,23	175 962,12	35,17	
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)						
	Dívidas de terceiros - Curto prazo						
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00		
211	Clientes, c/c	234 048,45	110 566,33	123 482,12	123 641,49	-0,13	
212	Contribuintes, c/c	41 825,05	0,00	41 825,05	0,00		
213	Utentes, c/c	162 364,77	0,00	162 364,77	100 159,70	62,11	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	494 885,33	494 885,33	0,00	0,00		
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00		
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00		
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00		
24	Estado e outros entes públicos	13 828,25	0,00	13 828,25	62 201,63	-77,77	
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00		
262+263+267+268	Outros devedores	233 722,01	0,00	233 722,01	491 854,36	-52,48	
	Titulos negociáveis						
151	Ações	1 180 673,86	605 451,66	575 222,20	777 857,18	-26,05	
		0,00	0,00	0,00	0,00		



152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
12	Depósitos em instituições financeiras e caixa	1 490 000,07	0,00	1 490 000,07	844 003,69
11	Depósitos em instituições financeiras	17 302,36	0,00	17 302,36	12 580,79
	Caixa	1 507 302,43	0,00	1 507 302,43	856 584,48
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				76,54
272	Acréscimos de proveitos	5 459 775,93	0,00	5 459 775,93	5 967 166,32
	Custos diferidos	53 224,02	0,00	53 224,02	54 836,38
	Total de amortizações	5 512 999,95	0,00	5 512 999,95	6 022 002,70
		36 342 779,09			-8,5
		1 227 897,57			-2,94
	Total de provisões				
	TOTAL DO ACTIVO	237 157 164,04	37 570 676,66	199 586 487,38	201 247 033,27
					-0,83

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	BALANÇO CONSOLIDADO			VAR %
		2017	2016		
51	FUNDOS PRÓPRIOS				
55	Património	87 830 067,42	87 830 067,42		0
56	Ajustamento de partes de capital em empresas	396,02	393,08		0,75
	Reservas de reavaliação	0,00	0,00		
	Reservas	0,00	0,00		
571	Reservas legais	1 278 608,67	1 278 608,67		0
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00		
573	Reservas contratuais	0,00	0,00		
574	Reservas livres	0,00	0,00		
575	Subsídios	38 954,89	38 954,89		0
576	Doações	464 000,00	464 000,00		0
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00		
59	Resultado transitado	-50 411 383,00	-57 799 922,02		12,78
88	Resultado líquido do exercício	2 129 447,65	2 580 001,03		-17,46
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	41 330 091,65	34 392 103,07		20,17
292	PASSIVO				
	Provisões para riscos e encargos	51 102 211,97	55 731 229,36		-8,31
2312	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	51 102 211,97	55 731 229,36		-8,31
	Dividas a instituições de crédito				
		34 538 042,43	18 213 618,59		89,63
		34 538 042,43	18 213 618,59		89,63
2311	Dividas a terceiros - Curto prazo				
23121	Empréstimos de curto prazo	350 000,00	305 000,00		14,75
	Empréstimos de m/ Prazo - Componentes a pagar a c/prazo	4 001 722,13	3 906 848,07		2,43
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		
221	Fornecedores, c/c	6 348 724,95	19 037 216,95		-66,65
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	344 723,87	1 134 822,34		-99,62
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00		
217	Clientes e utentes c/ cauções	193 070,12	199 993,29		-3,46
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	3 180 368,58	6 848 253,83		-53,56
24	Estado e outros entes públicos	244 343,96	136 989,11		78,37
264	Administração autárquica	0,00	0,00		
262+263+267+268	Outros credores	3 320 283,13	6 043 434,46		-45,06
21102	Restituições a clientes	0,00	0,00		
223	Fornecedores por vendas a dinheiro	2 572,50	2 606,85		-1,32
2618	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	4 183,73	23 161,30		-81,94
2614	Fornecedores Imobilizado - Factoring	520 813,30	642 081,86		-18,89
2615	Fornecedores Imobilizado - Outros créditos cedidos	131 656,19	167 066,18		-21,2
222	Fornecedores c/c-Factoring	4 519,66	4 519,66		0
224	Fornecedores c/c-outros créditos cedidos	4 350,43	151 404,46		-97,13
	Acréscimos e diferimentos	18 651 332,55	38 603 398,36		-51,68
273	Acréscimos de custos	1 987 156,18	1 642 346,77		20,99
274	Proveitos diferidos	51 977 652,60	52 664 337,12		-1,3
		53 964 808,78	54 306 683,89		-0,63
		158 256 395,73	166 854 930,20		-5,15
	TOTAL DO PASSIVO	199 586 487,38	201 247 033,27		-0,83
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				





Das Demonstrações Financeiras que podemos analisar o Balanço é aquele que melhor demonstra a situação estrutura económico-financeira de uma entidade, uma vez que neles estão presentes, os Ativos, constituído pelos bens e direitos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira.

Com o quadro anterior – Balanço Consolidado 2017 – pretende-se reunir todas as qualidades daquela demonstração financeira e introduzimos aqui mais um dado “Var %”, que permite identificar rapidamente quais as rubricas do balanço que registaram alterações.

Em termos de grupo autárquico, e relativamente à estrutura do **Ativo**, podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 96,08%, em que o principal responsável é o município.

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, de destacar os pesos significativos que continuam a ter as componentes do Passivo MLP e dos Proveitos Diferidos no total do Passivo.

Na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, apresentam, no final do exercício, o valor de 41.330.091,65€, registando uma variação positiva de 20,17 %.

O RLE registou em 2017, uma variação negativa de 17,46%, fixando-se agora em 2.129.447,65 €.

Na estrutura do passivo, regista-se um aumento do Passivo do Médio e Longo Prazo de 89,63%, resultado da aprovação e recebimento da primeira tranche do empréstimo do Fundo de Apoio Municipal (FAM) ao município, implicando um aumento do endividamento em 8,25%.





8. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA E ANÁLISE

	Código das Contas POCAL	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA			VAR %
		2017	2016		
CUSTOS E PERDAS					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0,00	0,00		
616	Matérias	540 272,56	803 441,39	803 441,39	32,76
62	Fornecimentos e serviços externos	6 099 394,74	6 077 223,75		
641+642	Custos com o pessoal:	0,00	0,00		
643 a 648	Remunerações	8 933 170,67	15 032 565,41	13 969 351,90	-7,61
63	Encargos sociais				
	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1 978 206,52	1 978 206,52	2 257 076,38	12,36
66	Amortizações do exercício	2 737 685,12		2 726 375,25	
67	Provisões do exercício	746 446,02	3 484 131,14	922 790,94	
65	Outros custos e perdas operacionais (A)	405 025,30	405 025,30	208 336,34	-94,41
68	Custos e perdas financeiras (C)	814 934,57	814 934,57	708 321,98	-15,05
69	Custos e perdas extraordinárias (E)	847 358,20	847 358,20	338 931,32	-150,01
86	Imposto sobre o rendimento do exercício (G)				
88	Resultado líquido do exercício			21 934 625,50	-5,32
				0,00	0,00
				21 934 625,50	-5,32
				2 580 001,03	-17,46
				24 514 626,53	-2,93
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas e prestações de serviços					
7111	Vendas de mercadorias	0,00	0,00		
7112-7113	Vendas de produtos	36 904,67		0,00	
712	Prestações de serviços	1 902 019,58		1 906 817,38	
713	Rendas	67 242,24		1 144 918,21	
715	Reembolsos e Anulações	-390,65		-228,08	
7114	Outras Vendas	2 242,64	2 008 018,48	4 916,72	3 056 424,23
72	Impostos e taxas	7 671 509,25		7 640 915,13	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		416 582,46	
73	Proveitos suplementares	95 280,96		148 302,95	
74	Transferências e subsídios obtidos	12 285 922,91		11 715 312,52	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	78 745,07	20 131 458,19	153 027,49	20 074 140,55
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)	1 343 078,98	22 139 476,67	0,00	23 130 564,78
		1 343 078,98	124 479,50	124 479,50	978,96
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)	1 749 385,70	23 482 555,65	0,00	23 255 044,28
		1 749 385,70	1 259 582,25	1 259 582,25	0,98
			25 231 941,35		24 514 626,53
					2,93

RESUMO:

Resultados Operacionais: (B) - (A)	699 275,74	2 243 192,58	-68,83
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	528 144,41	-583 842,48	190,46
Resultados Correntes: (D) - (C)	1 227 420,15	1 659 350,10	-26,03
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	2 129 447,65	2 580 001,03	-17,46

Foram registadas em todos os resultados variações positivas:

- **Resultados Operacionais:** verifica-se uma variação negativa de 68,83%, face a 2016, motivada pela alteração de registo contabilístico das rendas dos terrenos concessionados à EDP.
- **Resultados Financeiros:** a variação nestes resultados é positiva, fixando-se em 190,46%, motivada pela alteração do registo contabilístico descrita no ponto anterior, ou seja, motivada pela alteração do registo contabilístico das rendas dos terrenos concessionados à EDP.,





Salientamos uma variação negativa nos custos financeiros registada em 2017, influenciada pelo aumento dos juros da primeira tranche do empréstimo do Fundo de Apoio Municipal (FAM) ao município.

Nos Proveitos Extraordinários estão reconhecidos valores provenientes do reconhecimento de Subsídios ao Investimento do município:

	Projeto	Prov. Anual
274541032	Centro Escolar Carvalhosa	19.184,72
274541033	Centro Escolar Ferreira	16.958,04
274541034	Centro Escolar Sanfins Ferreira	18.588,16
274541035	Centro Escolar Frazão	18.313,00
274541036	Prog. Iluminação Acesso ZAE- Norte Concelho	0,00
274541037	Infra-estruturas para AE Penamaior/Seroa	0,00
274541038	Intervenção Envolvente Mosteiro Ferreira-Rota Româ	0,00
274541039	Centro Escolar de Penamaior	17.099,02
274541040	Centro Escolar de Lamoso	16.543,22
274541041	Centro Escolar de Figueiró	17.214,12
274541042	Centro Escolar Arreigada	19.978,16
274541043	Centro Escolar Freamunde	38.645,02
274541044	Centro Escolar Paços de Ferreira	31.710,08
274541045	Centro Escolar Raimonda	14.433,22
274541046	Escola Ensino Básico do 2º e 3º Ciclo Freamunde	54.045,10
274541047	Centro Escolar de Meixomil	16.781,62
274541048	Centro Escolar de Eiriz	0,00
274541049	Centro Escolar de Seroa	0,00
274541050	Construção Pavilhão Lamoso	4.648,13
274541051	Construção Pavilhão Ferreira	1.411,56
274541052	Construção Pavilhão Penamaior	4.818,61
274541053	Construção Pavilhão Figueiró	2.608,77
274541054	Construção Pavilhão Freamunde	2.724,06
274541055	Ligaçao ER209-CE Raimonda-Rua Grute	6.192,86
274541056	Qual. ligação Museu c/ CESanfins e Var.Norte	14.996,42
274541057	Qual.Rua Real (ER209-CE-CUrbano Carvalhosa)	15.421,42
274541058	Requal. Rede Viaria à Escola EB2,3 Freamunde	18.490,68
274541059	Requalif. estradas envolventes Mosteiro Ferreira	31.951,80
274541062	Construção Pavilhão Arreigada	1.934,88
274541063	Construção Pavilhão Seroa	0,00
274541064	Construção Pavilhão Eiriz	0,00
274541065	Construção Pavilhão Meixomil	2.221,60
274541066	Construção Pavilhão Raimonda	2.442,20
274541072	Polo Fontainhas Eixo empresarial ate Moinhos	23.890,26
274541073	Qualif Eixo empresarial Freamunde/carvalhosa(F/G/C)	24.079,93
274541074	Qualif. Eixo Emp. Lamoso/Figueiró/Freamunde	31.037,12
274541075	Qualif. do Eixo Empresarial Ferreira/Freamunde	22.589,92
274541076	Qualif. Eixo Empresarial Meixomil/Penamaior	5.680,34
274541079	Requalificação da Mobilidade e Acessibilidade	41.419,42
2745112001	Requalif. ER319 Via Poder Local - Nô P.Fer.Este	5.091,88



9. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS E ANÁLISE

Recebimentos	2017	2016	VAR %
Saldo da Gerência Anterior			
Execução Orçamental	116 612,35 €	856.584,24 €	
Operações de Tesouraria	739 972,13 €	-65 834,24 €	
Total das Receitas Orçamentais		658.190,61 €	
Receitas Correntes		592.356,37 €	44,61
Receitas Capital			
Receitas Outras			
Operações de Tesouraria			
TOTAL ...	42.435.958,56 €	23.158.916,48 €	83,24
	1.778.518,49 €	1.636.147,45 €	8,7
	45.071.061,53 €	25.387.420,30 €	77,53

Pagamentos	2017	2016	VAR %
Total das Despesas Orçamentais		22.976.469,89 €	-82,4
Despesas Correntes	41 909 407,33 €		
Despesas Capital	33 581 837,89 €	18.430.344,40 €	
Operações de Tesouraria	8 327 569,44 €	4.546.125,49 €	
Saldo para a Gerência Seguinte		1.554.365,93 €	-6,43
Execução Orçamental	1 507 302,43 €	856.584,48 €	75,97
Operações de Tesouraria	643 163,58 €	116.612,35 €	
TOTAL ...	864 138,85 €	739.972,13 €	
	45 071 061,53 €	25.387.420,30 €	-77,53

Da análise do quadro podemos verificar que as receitas e despesas correntes têm grande peso no total de recebimentos e pagamentos, totalizando 23.108.546,44€ e 33.581.837,89€, respetivamente. Em relação às Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros, exemplo típico são os descontos e retenções efetuados aos vencimentos dos trabalhadores e que devem ser entregues no mês seguinte ao Estado e outras entidades.

Relativamente ao total da Receita verifica-se um aumento de 83,24 % resultado do recebimento da primeira tranche do empréstimo FAM ao Município.

No que respeita a variações em Operações de Tesouraria, estas não têm de ser vistas e interpretadas do ponto de vista orçamental, uma vez que não corresponde a receita ou despesa efetiva, mas sim a valores a cargo da câmara, mas que deverão ser entregues a outras entidades.

Finalmente e em relação ao saldo para a gerência seguinte, houve um aumento correspondendo a 75,97% relativamente a 2016 proveniente do valor recebido do empréstimo FAM e ainda não utilizado.





10. INDICADORES DE GESTÃO

Determinar indicadores de gestão e analisar os seus resultados é do ponto de vista da gestão uma forma de avaliar o desempenho e evolução da atividade do Grupo. Pelo facto de estabelecerem relações entre as contas das demonstrações financeiras, Balanço e Demonstração de Resultados, permitem quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo.

Por estas razões, os indicadores, apresentados no quadro a seguir, são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público.

Resumo Balanço Consolidado	2017	2016	VAR %
Ativo Imobilizado	191 753 119,57	193.414.626,79	0,86
Existências	237 843,23	175.962,12	35,17
Dividas de terceiros - Curto prazo	575 222,20	777.857,18	26,05
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1 507 302,43	856.584,48	75,97
Ativo Circulante	2 320 367,86	1.810.403,78	28,17
Acréscimos e Diferimentos	5 512 999,95	6.022.002,70	8,45
Ativo Total	199 586 487,38	201.247.033,27	0,83
Fundos Próprios	41 330 091,65	34.392.103,07	20,17
Provisões	51 102 211,97	55.731.229,36	-8,83
Passivo ML Prazo	34 538 042,43	18.213.618,59	-89,63
Empréstimos de curto prazo	350 000,00	305.000,00	-14,75
Restante Passivo CP	18 301 332,55	38.298.398,36	-52,21
Passivo CP	18 651 332,55	38.603.398,36	-51,68
Acréscimos e Diferimentos	53 964 808,78	54.306.683,89	-0,63
Passivo Total	158 256 395,73	166.854.930,20	-5,15
Fundos Próprios+Passivo	199 586 487,38	201.247.033,27	0,83

INDICADORES	2017	2016	VAR %
ESTRUTURA DO ATIVO			
Ativo Imobilizado/Ativo Total	96,08%	96,11%	-0,03%
Ativo Circulante/Ativo Total	1,16%	0,90%	0,26%
Acréscimos e Difer./ Ativo Total	3,00%	3,00%	0,00%
Ativo Imobilizado/Ativo Circulante	8263,91%	10683,51%	-2419,60%
ESTRUTURA DO PASSIVO			
Passivo longo prazo/Passivo Total	21,82%	10,92%	-10,91%
Passivo curto prazo/Passivo Total	11,79%	23,14%	11,35%
Passivo longo prazo/Passivo CP	185,18%	47,18%	-138,00%
Acréscimos e Difer./ Passivo Total	34,10%	32,55%	-1,55%
CURTO PRAZO			
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo CP)	12,44%	4,69%	7,75%
Liquidez Reduzida (Ativo Circulante - Existências) / Passivo CP)	11,17%	4,23%	6,93%
Liquidez Imediata (Disponibilidades/ Passivo CP)	8,08%	2,22%	5,86%
MÉDIO E LONGO PRAZO			
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	26,12%	20,61%	5,50%
Autonomia Financeira (Fundos Proprios / Ativo Líquido)	20,71%	17,09%	3,62%
Provisões Riscos Encargos/Passivo Total	32,29%	33,40%	1,11%
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO			
Endividamento (Passivo/Ativo Líquido)	79,29%	82,91%	3,62%
Endividamento de MLP (Dividas de MLP/Ativo Líquido)	17,30%	9,05%	-8,25%
Endividamento de CP (Dividas CP/Ativo Líquido)	9,34%	19,18%	9,84%
Endividamento - Empréstimos de CP (Empréstimos de CP/Passivo Total)	0,22%	0,18%	-0,04%
Estrutura do Endividamento MLP (Dividas de MLP/Passivo Total)	21,82%	10,92%	-10,91%
Estrutura do Endividamento CP (Dividas CP/Passivo Total)	11,79%	23,14%	11,35%





Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, pode-se verificar que o peso do ativo circulante no total do ativo é muito ténue, ao contrário do que se passa com o ativo fixo. Regista-se, no entanto, em termos absolutos um aumento considerável.

No que se refere à estrutura do passivo de curto prazo, o mesmo, assume 11,79 % do passivo total do grupo municipal.

Será relevante sublinhar que a componente do Passivo de Curto Prazo, regista descidas motivadas pelo pagamento a fornecedores incluídos no empréstimo FAM do município.

Note-se que os Proveitos Diferidos registados no Balanço em Acréscimos e Diferimentos, têm uma grande expressão no total do Passivo, dado que estão registados nessas rubricas valores elevados de Subsídios ao Investimento.

Analizando os índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, neste exercício o Passivo de Curto Prazo diminuiu devido ao recebimento do empréstimo do FAM, que, por conseguinte, diminuiu as dívidas a terceiros de Curto Prazo. A liquidez geral e liquidez reduzida têm valores muito próximos, portanto as existências não têm expressão significativa no total. Conclui-se, portanto, que o componente que mais contribui para a Liquidez é a componente de Acréscimos e Diferimentos.

Resumo Dem. Resultados Consolidada	2017	2016	Var%
CUSTOS E PERDAS			
61 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	540 272,56	803.441,39	32,76
62 Fornecimentos e serviços externos	6 099 394,74	6.077.223,75	-0,36
64 Custos com o pessoal	8 933 170,67	7.892.128,15	-13,19
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1 978 206,52	2.257.076,38	12,36
66 Amortizações do exercício	2 737 685,12	2.726.375,25	-0,41
67 Provisões do exercício	746 446,02	922.790,94	19,11
65 Outros custos e perdas operacionais (A)	405 025,30	208.336,34	-94,41
	21 440 200,93	20.887.372,20	-2,65
68 Custos e perdas financeiras (C)	814 934,57	708.321,98	-15,05
69 Custos e perdas extraordinárias (E)	22 255 135,50	21.595.694,18	-3,05
	847 358,20	338.931,32	-150,01
86 Imposto sobre o rendimento do exercício (G)	23 102 493,70	21.934.625,50	-5,32
	0,00	0,00	0,00
88 Resultado líquido do exercício	23 102 493,70	21.934.625,50	-5,32
	2 129 447,65	2.580.001,03	-17,46
	25 231 941,35	24.514.626,53	-2,93
PROVEITOS E GANHOS			
71 Vendas e prestações de serviços:	2 008 018,48	3.056.424,23	-34,30
72 Impostos e taxas	7 671 509,25	7.640.915,13	0,40
Variação da produção	0,00	0,00	0,00
75 Trabalhos para a própria entidade	0,00	416.582,46	-100,00
73 Proveitos suplementares	95 280,96	148.302,95	-35,75
74 Transferências e subsídios obtidos	12 285 922,91	11.715.312,52	4,87
76 Outros proveitos e ganhos operacionais (B)	78 745,07	153.027,49	0,00
	22 139 476,67	23.130.564,78	-4,28
78 Proveitos e ganhos financeiros (D)	1 343 078,98	124.479,50	978,96
79 Proveitos e ganhos extraordinários (F)	23 482 555,65	23.255.044,28	0,98
	1 749 385,70	1.259.582,25	38,89
	25 231 941,35	24.514.626,53	2,93





INDICADORES	2017	2016	VAR%
RENTABILIDADE			
Rentabilidade Cap. Próprios (RLE / Capitais Próprios)	5,15%	7,50%	-2,35%
Rentabilidade Cap. Permanentes (Res. Operacional / Cap. Permanentes)	0,55%	2,07%	-1,52%
Rentabilidade do Ativo (Res. Operacional / Ativo Líquido)	0,35%	1,11%	-0,76%
COBERTURA			
Proveitos Totais / Custos Totais	109,22%	111,76%	-2,54%
Despesas c/ Pessoal / Custos Totais	38,67%	35,98%	-2,69%
Trans Sub. Obtidos / Proveitos Totais	48,69%	47,79%	0,90%
Trans Sub. Concedidos / Custos Totais	8,56%	10,29%	1,73%

Desde o ano de 2015, a situação financeira do grupo, no que respeita à rentabilidade alterou-se. Passamos de uma situação de não rentabilidade capitais próprios e ativo, para uma situação favorável em ambas as situações. A variação em 2017 mantém mesmo registo, embora se tenha verificado uma variação negativa de 2,35% face a ano anterior.

Relativamente aos indicadores de Rentabilidade e de Cobertura, verificam-se variações pouco significativas.





11. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS

11.1 Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Para definição do perímetro de consolidação podemos usar como suporte o Mapa das Entidades Sociedades e Entidades Não Sociedades, enquadrando-seguidamente cada participação de acordo com o n.º 1 do art.º 19 da Lei 50/2012, de 31 de Agosto e o art.º 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

A classificação/enquadramento de cada participação segundo estes diplomas, permite classificar cada participada como incluída ou excluída da consolidação, isto é, se está ou não dentro do perímetro de consolidação.

Relativamente ao método de consolidação a utilizar está também ele especificado no quadro. A sua aplicação está de acordo com o n.º 8 do art.º 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro que nos remete para a Portaria 474/2010 de 01 de Julho.

11.1.1 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Classif.	Denominação	NIF	Capital Social	Participação no final Exercício		Empresa Local ou participada?			Existência Controlo ou Presunção Controladora			Método Consolidação			
						Lei 50/2012			art.º 75º da Lei 73/2013						
				% partic.	Valor Nominal Subscrito/Realizado	Empresa Local	Setor empresarial local	Participada	art 75º	(art. 19º)	(art.º 7)	(art. 3º e 51º)	n.º 4	n.º 5	n.º 6
Sociedades	GESPAÇOS, EM, S.A.	505317982	11.358.894,06 €	100,00%	11.358.894,06 €	X				X			Método Consolidação Integral	(a)	
Sociedades	Município, E.M., S.A.	504475606	3.236.678,67 €	0,77%	24.950,00 €		X						X	MEP	(b)

(a) - Participação 100%

(b) - Empresa Local que, de acordo com o art.º 7º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, integra o setor empresarial local, consolidada na proporção da participação, nos termos do n.º 6 do art.º 75 da Lei 73/2013.

À Gespaços, EM, S.A., foi aplicado o Método de Consolidação Integral dado que o município detém 100 % do seu capital, não existindo interesses minoritários.

Para a entidade na qual o município participa e reúne condições para o perímetro de consolidação, foi realizado movimento de equivalência patrimonial, atualizando o valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.





11.1.2 ENTIDADES NÃO INTEGRADAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Entidades nas quais o Município detém uma participação inferior a 20% (com exceção da PFR Invest, EM, S.A.) foram excluídas do perímetro de consolidação estando a participação financeira das mesmas relevada em termos contabilísticos ao Custo Histórico – critério de valorimetria especificado no POCAL para os Investimentos Financeiros. As entidades associadas, cuja participação é inferior a 20%, estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico terá de ser criada provisão no sentido de expressar contabilisticamente essa desvalorização.

Classif	Denominação	NIF	Capital Social/Estatutário	% partíc.	Valor Nominal Subscrito/Realizado	Sede Social
Societárias	PFR INVEST, EM, S.A.	508278279	600.000,00 €	100,00%	600.000,00 €	Praça da República 4590-527 PAÇOS DE FERREIRA
Societárias	Águas do Norte, S.A.	503537624	142.780.713,50 €	0,15%	227.850,00 €	Av. Osnabruckg, 29 5000-427 VILA REAL
Societárias	Carnagri - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A.	501831894	6.600.000,00 €	0,84%	55.300,00 €	Lugar da Carreira de Tiro 4560- PENAFIEL
Não Societárias	Profisousa - Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa	504616129	59.885,76 €	37,48%	22.445,21 €	Av. Dr. Nicolau Carneiro, 196 4590-512 PAÇOS DE FERREIRA
Não Societárias	Moveltex, Centro de C. I. Empresas	507065743	200.000,00 €	15,00%	30.000,00 €	Av. Dr. Nicolau Carneiro, 196 4590-512 PAÇOS DE FERREIRA

Não se registaram quaisquer alterações nos valores nominais das participações entre 2015 e 2017.

Segundo o D.R. 104, 1ª Série de 29-05-2015 - DL 93/2015, foi criado um novo sistema multimunicipal que substituiu, entre outras, o sistema que era controlado pela empresa Águas Douro e Paiva, S.A. Foi assim a participação municipal na Águas Douro e Paiva, S.A. passa agora a representar-se como cerca de 0,15 % da Águas do Norte, S.A..

Relativamente à Moveltex, Centro de C. I. Empresas, surge da alteração nominal da anterior TECVAL, já registada na consolidação anterior, não afetando a participação do município na entidade nem a sua influência na gestão da mesma.

Relativamente à empresa PFR Invest, EM, S.A., encontrava-se em Processo de Insolvência n.º 169/15.0 T8AMT, pelo que não foram elaboradas Demonstrações Financeiras, nem foram prestadas contas relativas relativamente a 2014, 2015, 2016 e 2017. Em Fevereiro de 2017 foi emitida a sentença de insolvência da empresa. No entanto, e dada a participação de 100% do Município nesta empresa, caso fosse efetuada a consolidação o método seria o da Consolidação Integral.

A exclusão da consolidação da PFR Invest, EM, SA. resulta da aplicação da IPSAS 6, parágrafo 22, por existirem restrições severas ao exercício de controlo.

Note-se que em 2017, não foram integradas as contas da Ader-Sousa (entidade que tinha sido relevada nas consolidações de 2014 e 2015), uma vez que não existe influência significativa, exercida pelo município, na tomada de decisões da entidade.

Em relação à Profisousa, não foi incluída no perímetro de consolidação de 2017, dado que não confere a obrigatoriedade de consolidação, nos termos da articulação entre o RFALEI e a Portaria n.º 474/2010 (que aprovou a orientação n.º 1/2010). Em anos anteriores, foi incluída na consolidação, no entanto o efeito na consolidação final, não é materialmente relevante.





11.2 Informações relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

Não houve situações que afetassem o resultado do exercício que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

Apenas de referir quanto á imagem verdadeira e apropriada, que não contempla o POCAL a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução do valor contabilístico quando o valor da participada é inferior, em termos de contas individuais.

No entanto a Orientação N.º 1/2010 aprovada pela Portaria 474/2010, de 01 de Julho, portaria esta que define os métodos a aplicar na consolidação, prevendo para as correções necessárias em investimentos financeiros a aplicação do método de equivalência patrimonial. Dessa forma os valores consolidados expressam melhor a influência da situação económica e financeira das participadas nas D.F. do Grupo.

11.3 Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

11.3.1 ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE M.L.P.

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS			ELIMINAÇÃO DE CREDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO 2017	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO 2016	VAR%
	Município Paços Ferreira	Gespaços, E.M.	TOTAL				
EMPRÉSTIMOS MLP	34.538.042,43	0,00	34.538.042,43	0,00	34.538.042,43	18.213.618,59	89,62
Leasing de MLP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL...	34.538.042,43	0,00	34.538.042,43	0,00	34.538.042,43	18.213.618,59	89,62

Note-se que para o endividamento a MLP contribui apenas a entidade-mãe, isto é, o Município, não havendo valores a considerar das restantes entidades.

É de salientar que, a variação de 89,62% nos empréstimos de Médio e Longo Prazo, é justificada pelo recebimento da primeira tranche do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no montante de 18.022.914,99€.



11.4 Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço.

Valores do Município
Valores da Despesas

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Contas Individuais	Dívida a 3ºs Agrupada	Anulação saídos e transações	Dívida a 3ºs Consolidada	ANO VENCIMENTO DÍVIDA				
						2018	2019	2020	Anos Seguintes	Total Diferido
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)										
2312	Dívidas a instituições de crédito	34 538 042,43 0,00	34 538 042,43 0,00	0,00 0,00	34 538 042,43 0,00	705 686,42 0,00	3 158 675,29 0,00	3 926 828,76 0,00	26 746 851,96 0,00	34 538 042,43
Dívidas a terceiros - Curto prazo										
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00 350 000,00	350 000,00 0,00	0,00 350 000,00	0,00 0,00	0,00 350 000,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	350 000,00
23121	Empréstimos de médio Prazo - Componentes a pagar a prazo	4 001 722,13 0,00	4 001 722,13 0,00	0,00 0,00	4 001 722,13 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4 001 722,13
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
221	Fornecedores c/c	6 428 430,05 137 765,89	6 566 195,94 0,00	-217 470,99 0,00	6 348 724,95 0,00	6 202 201,60 137 765,89	8 757,46 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	6 348 724,95
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	350 386,17 0,00	350 386,17 0,00	-5 662,30 0,00	344 723,87 0,00	344 723,87 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	344 723,87
252	Credores pela execução do orçamento	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/c cações	193 070,12 0,00	193 070,12 0,00	0,00 0,00	193 070,12 0,00	193 070,12 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	193 070,12
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
2611	Fornecedores do imobilizado, c/c	3 180 368,58 0,00	3 180 368,58 0,00	0,00 0,00	3 180 368,58 0,00	2 719 663,58 0,00	123 608,00 0,00	129 867,00 0,00	207 230,00 0,00	3 180 368,58
24	Estado e outros entes públicos	217 940,41 26 403,55	244 343,96 0,00	0,00 0,00	244 343,96 0,00	217 940,41 26 403,55	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	244 343,95
264	Administração autárquica	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	3 319 844,49 438,64	3 320 283,13 0,00	0,00 0,00	3 320 283,13 438,64	3 319 844,49 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	3 320 283,13
2102	Restituições a clientes	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
223	Fornecedores por vendas a dinheiro	2 572,50 0,00	2 572,50 0,00	0,00 0,00	2 572,50 0,00	2 572,50 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	2 572,50
2618	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	4 183,73 0,00	4 183,73 0,00	0,00 0,00	4 183,73 0,00	4 183,73 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4 183,73
2614	Fornecedores Imobilizado - Factoring	520 813,30 0,00	520 813,30 0,00	0,00 0,00	520 813,30 0,00	520 813,30 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	520 813,30
2615	Fornecedores Imobilizado - Outros créditos cedidos	131 656,19 0,00	131 656,19 0,00	0,00 0,00	131 656,19 0,00	131 656,19 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	131 656,19
222	Fornecedores c/c-Factoring	4 519,66 0,00	4 519,66 0,00	0,00 0,00	4 519,66 0,00	4 519,66 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4 519,66
224	Fornecedores c/c-outros créditos cedidos	4 350,43 0,00	4 350,43 0,00	0,00 0,00	4 350,43 0,00	4 350,43 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	4 350,43
	Dívida MLP	34 538 042,43 0,00	34 538 042,43		34 538 042,43	705 686,42 0,00	3 158 675,29 0,00	3 926 828,76 0,00	26 746 851,96 0,00	34 538 042,43
	Dívida CP	18 359 857,76 514 608,08	18 874 465,84		18 651 332,55	17 667 282,01 514 608,08	132 365,46 0,00	129 867,00 0,00	207 230,00 0,00	18 651 332,55

A informação anterior foi determinada considerando

- o total de despesa diferida em virtude de Acordos de Pagamento celebrados com vários fornecedores e entidades bancárias, no momento em que o Município aderiu ao programa PAEL;
- a calendarização dos vencimentos das amortizações relativas a cada empréstimo contraído no Grupo Autárquico;





11.5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam nos seguintes mapas:

TIPOS DE FLUXOS	MUNICÍPIO PAÇOS DE FERREIRA E GESPAÇOS, EM, S.A.									
	OBRIGAÇÕES/PAGAMENTOS					DIREITOS/RECEBIMENTOS				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	216 603,33	1 853 634,23	450 087,07	1 397 017,19	223 133,29					
Participações do Capital em Numerário										
Participações do Capital em Espécie										
Outros										
TOTAL ...	216 603,33	1 853 634,23	450 087,07	1 397 017,19	223 133,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TIPOS DE FLUXOS	MUNICÍPIO PAÇOS DE FERREIRA E MUNICÍPIA									
	OBRIGAÇÕES/PAGAMENTOS					DIREITOS/RECEBIMENTOS				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais										
Participações do Capital em Numerário										
Participações do Capital em Espécie										
Outros										
TOTAL ...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11.6 Critérios de Valorimetria

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o POCAL.

Não foram efetuados quaisquer ajustamentos por eventuais existências de diferentes critérios de valorimetria, nomeadamente do que diz respeito a amortizações, aos ajustamentos e as provisões, mantendo-se os critérios utilizados pelas diferentes entidades, por se considerar que os efeitos não são materialmente relevantes.





IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado do Município foram registados ao custo de aquisição, considerando-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Os bens em curso serão considerados completos com informação da conta final de empreitada.

As amortizações são calculadas a partir da entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes e às taxas fixadas na Portaria n.º 671 / 2000, publicada no Diário da República II Série, n.º 91, de 17 de Abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Os investimentos financeiros apresentados, em termos consolidados, foram corrigidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial. Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

EXISTÊNCIAS

As existências são valorizadas ao preço médio.

PROVISÕES

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

As provisões para cobranças duvidosas são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

No caso específico das dívidas associadas à atividade do Município, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de não recebimento seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Para efeito do cálculo das provisões para riscos e encargos, consideramos que o conceito de risco está associado ao desenlace ou não de determinado evento, o conceito de incerteza, está relacionado com a probabilidade de ocorrência desse mesmo evento, pelo que este último estará sempre associado ao desconhecimento ou conhecimento incompleto das consequências de uma decisão económica.

Já as provisões são passivos incertos quanto ao seu montante e prazo de liquidação e as contingências são uma condição ou situação, cujo desfecho final, ganho ou perda só será confirmada na ocorrência, ou na não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros e incertos.

Deste conceito retiram-se as seguintes conclusões sobre contingências:

- são condições, situações ou conjunto de circunstâncias;





- existentes à data das demonstrações financeiras;
- cuja incidência final dependerá de certos eventos futuros e incertos, que se poderão verificar ou não;
- e que caso se venham a produzir, provocarão perdas de valor no ativo ou o nascimento de algum passivo, ou aumento de ativos ou redução de passivos. (No primeiro caso as contingências originam perdas, enquanto que no segundo originam ganhos).

O reconhecimento de um passivo contingente sob a forma de provisão exige a observância de determinados requisitos que, a não se verificarem, poderão dar lugar apenas à divulgação desse passivo contingente. Assim, o reconhecimento de uma provisão depende da observância cumulativa das seguintes condições:

- 1) A Entidade tem a obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- 2) é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos futuros seja exigido para liquidar a obrigação; e
- 3) é possível fazer uma estimativa razoável da quantia da obrigação.

Ou seja, esta provisão têm como finalidade antecipar a contabilização de um custo correspondente a uma despesa cuja ocorrência é provável, mas de montante, em regra, incerto.

Assim, basta que um destes requisitos não se verifique para que não haja lugar à contabilização de uma provisão, podendo haver apenas a divulgação de um passivo contingente.

Em suma, a diferença reside aqui: embora "todas as provisões sejam contingentes" pelo carácter de incerteza que possuem, nem todas as contingências são relevadas/divulgadas sob a égide das provisões.

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os proveitos e custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização do exercício.

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende essencialmente a estimativa dos encargos com férias e mês de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei em vigor. Na mesma rubrica inclui os Subsídios ao Investimento, obtidos para financiamento das obras municipais, de destacar nos últimos anos a construção dos vários Centros Escolares existentes no concelho e outras obras. O saldo corresponde à parte do subsídio por reconhecer. Este reconhecimento ocorre nos exercícios em que forem contabilizadas amortizações referentes ao bem financiado.





11.7 Informações diversas

11.7.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA UMA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NO GRUPO AUTÁRQUICO

Das entidades que pertencem ao perímetro consolidação, apenas o município utiliza o POCAL, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho.

O SNC resulta da transposição para o Direito Interno das Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os Planos de Contabilidade do Setor Público (neste caso o POCAL), ainda não fizeram essa transposição.

Por esse motivo a consolidação de contas obriga antes de mais à homogeneização das demonstrações financeiras com entidades que aplicam o SNC, sendo necessário recorrer a conversões e ajustamentos, nomeadamente ao nível dos Planos de Contas, mas também aos Critérios de Valorimetria e Impostos Diferidos, previstos no SNC mas ainda não previstos no POCAL.

São identificados de seguida as conversões e ajustamentos materialmente mais relevantes com impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Finais:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

A conversão entre SNC e POCAL provocou uma alteração relevante nos capitais próprios da Gespaços, EM, S.A. em 558.810,18 € que corresponde à rubrica "Outras variações no capital próprio". Esta alteração decorre do tratamento diferenciado que é dado pelos normativos relativamente aos Subsídios ao Investimento:

- Segundo o SNC são considerados em Capitais Próprios na rubrica "Outras variações no capital próprio";
- Segundo o POCAL são considerados em Acréscimos e Diferimentos como Proveitos Diferidos;

Concluimos, portanto, que os Capitais Próprios da Gespaços, EM, S.A. foram diminuídos pela conversão das Dem. Financeiras para a ótica do POCAL.

MAIS-VALIA REGISTADA PELA GESPAÇOS EM 2010

Em 2010, o Município procedeu a um aumento de capital da Gespaços, E.M., S.A., aprovado na Reunião do Executivo de 10/12/2010 e submetida na Reunião de 18/12/2010 ao Órgão Deliberativo.

O aumento de capital foi em espécie e consistiu na transferência para a empresa de ativos do imobilizado. Decorrente desta transferência foi registado em 2010 uma mais-valia, por parte da Gespaços, no valor de 3.945.691,98 €, pela avaliação efetuada aos elementos transferidos.

Dado que na ótica do POCAL o critério de valorimetria do imobilizado é o custo histórico, esta mais-valia reconhecida em 2010 tem de ser eliminada nas contas consolidadas, bem como a eliminação das amortizações acumuladas e a amortização anual reconhecida pela Gespaços, EM, S.A. nas suas contas individuais, relativamente a estes elementos, desde 2010, no seu ativo.



QUADRO RESUMO	
(Mais-Valia, Amortização, Vida Útil atribuída)	
Mais-valia de 2010	3.945.691,98 €
Início Amortização na Gespaços (em Duodécimos)	Dez-10
Taxa Amortização	2,50%
Vida Útil (anos)	40

Ano	Amortização Ano	Amortização Acumulada	Valor Por Amortizar	Anulação Amort. Acumulada		Anulação Amort. Ano	
				Ano Consolidação	48	59	48
				Débito	Crédito	Débito	Crédito
2010	8.220,19 €	8.220,19 €	3.937.471,79 €				
2011	98.642,30 €	106.862,49 €	3.838.829,49 €				
2012	98.642,30 €	205.504,79 €	3.740.187,19 €				
2013	98.642,30 €	304.147,09 €	3.641.544,89 €				
2014	98.642,30 €	402.789,39 €	3.542.902,59 €	2014	304.147,09 €	304.147,09 €	98.642,30 €
2015	98.642,28 €	501.431,59 €	3.444.260,39 €	2015	402.789,31 €	402.789,31 €	98.642,28 €
2016	98.642,28 €	600.073,87 €	3.345.618,11 €	2016	501.431,59 €	501.431,59 €	98.642,28 €
2017	98.642,28 €	698.716,15 €	3.246.975,83 €	2017	600.073,87 €	600.073,87 €	98.642,28 €

MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O Método de Equivalência Patrimonial é um dos métodos de consolidação aplicados nas contas consolidadas do grupo autárquico, nomeadamente às entidades:

- Município, E.M., S.A.

O MEP consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Entidade	Ano	% partic	Cap Próprio no Início exercício				Durante Exercício		Cap Próprio no final exerc
			Capital Social	Res. Transitados	Outras Variações CP	Total CP Início Exercício	RLE	Outras Variações CP (*)	
Município, EM, S.A.			3.236.678,67 €	38.881,07 €	51.384,96 €	3.326.944,70 €	7.836,67 €	-9,99 €	3.336.854,90 €
Contribuição para grupo	2017	0,77%	24.950,00 €	299,72 €	396,10 €	25.645,82 €	76,47 €	-0,08 €	25.722,21 €

(*) Das outras variações de Cap. Próprio, foram excluídas as respeitantes a Sub. Investimento (caso existentes), respeitando as disposições presentes no POCAL, que os discriminam nos Acréscimos e Diferimentos.



**O Responsável pelos Serviços**

José Manuel Ribeiro Leão

O Presidente da Câmara

Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito

Os Vereadores

Joaquim Agostinho Moreira Silva Pinto

Célia Silva Carneiro

Paulo Sérgio Leitão Barbosa

Filomena Luis Nogueira da Silva

Joaquim Adelino Moreira Sousa

Paulo Jorge Rodrigues Ferreira

Paços do Município de Paços de Ferreira, 21 de junho de 2018.





Anexos

BALANÇO CONSOLIDADO

Activo

Código das Contas POCAL	ACTIVO	BALANÇO CONSOLIDADO				VAR %	
		2017			2016		
		AB	AP	AL			
	IMOBILIZADO						
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
451	Terrenos e recursos naturais	34.316.443,20	0,00	34.316.443,20	34.316.443,20	0	
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00		
453	Outras construções e infra-estruturas	22.832.188,20	14.144.510,77	8.687.677,43	7.765.815,69	11,87	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	9.352,05	0,00	9.352,05	9.352,05	0	
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00		
445	Imobilizações em curso	164.047,56	0,00	164.047,56	53.094,44	208,97	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00		
		57.322.031,01	14.144.510,77	43.177.520,24	42.144.705,38	2,45	
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00		
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	122.732,45	34.386,59	88.345,86	19.166,50	360,94	
433	Propriedade industrial e outros direitos	301.660,71	0,00	301.660,71	227.596,98	32,54	
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00		
		424.393,16	34.386,59	390.006,57	246.763,48	58,05	
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
421	Terrenos e recursos naturais	21.321.658,55	0,00	21.321.658,55	21.321.658,55	0	
422	Edifícios e outras construções	101.080.630,23	18.388.353,31	82.692.276,92	84.750.539,42	-2,43	
423	Equipamento básico	6.510.228,90	2.098.397,70	4.411.831,20	4.385.083,09	0,61	
424	Equipamento de transporte	1.955.346,55	1.520.599,96	434.746,59	428.030,37	1,57	
425	Ferramentas e utensílios	56.268,50	6.892,40	49.376,10	43.446,04	13,65	
426	Equipamento administrativo	1.084.568,16	85.878,76	998.689,40	984.843,18	1,41	
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00		
429	Outras imobilizações corpóreas	138.848,04	55.253,64	83.594,40	73.931,31	13,07	
442	Imobilizações em curso	33.694.059,77	0,00	33.694.059,77	34.527.534,84	-2,41	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	3.090.250,74	0,00	3.090.250,74	3.090.250,74	0	
		168.931.859,44	22.155.375,77	146.776.483,67	149.605.317,54	-1,89	
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
411	Partes de capital	961.318,12	622.445,91	338.872,21	338.795,82	0,02	
412	Obrigações e títulos de participação	1.077.896,39	0,00	1.077.896,39	1.077.896,39	0	
414	Investimentos em imóveis	0,00	8.505,96	-8.505,96	0,00		
415	Outras aplicações financeiras	846,45	0,00	846,45	1.148,18	-26,28	
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		
		2.040.060,96	630.951,87	1.409.109,09	1.417.840,39	-0,62	
	CIRCULANTE						
	Existências						
36	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	237.843,23	0,00	237.843,23	175.962,12	35,17	
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00		
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00		
33	Produto acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00		
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00		



37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		237.843,23	0,00	237.843,23	175.962,12
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				35,17
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	234.048,45	110.566,33	123.482,12	123.641,49
212	Contribuintes, c/c	41.825,05	0,00	41.825,05	0,00
213	Utentes, c/c	162.364,77	0,00	162.364,77	100.159,70
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	494.885,33	494.885,33	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	13.828,25	0,00	13.828,25	62.201,63
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	-77,77
262+263+267+268	Outros devedores	233.722,01	0,00	233.722,01	491.854,36
		1.180.673,86	605.451,66	575.222,20	777.857,18
	Títulos negociáveis				-26,05
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.490.000,07	0,00	1.490.000,07	844.003,69
11	Caixa	17.302,36	0,00	17.302,36	12.580,79
		1.507.302,43	0,00	1.507.302,43	856.584,48
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				75,97
271	Acréscimos de proveitos	5.459.775,93	0,00	5.459.775,93	5.967.166,32
272	Custos diferidos	53.224,02	0,00	53.224,02	54.836,38
		5.512.999,95	0,00	5.512.999,95	6.022.002,70
	Total de amortizações		36.342.779,09		-8,5
	Total de provisões		1.227.897,57		-2,94
	TOTAL DO ACTIVO	237.157.164,04	37.570.676,66	199.586.487,38	201.247.033,27
					-0,83

BALANÇO CONSOLIDADO (continuação)

Fundos Próprios e Passivo

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	BALANÇO CONSOLIDADO		VAR %
		2017	2016	
	FUNDOS PRÓPRIOS			
51	Património	87.830.067,42	87.830.067,42	0
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	396,02	393,08	0,75
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	
	Reservas	0,00	0,00	
571	Reservas legais	1.278.608,67	1.278.608,67	0
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00	
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	
574	Reservas livres	0,00	0,00	
575	Subsídios	38.954,89	38.954,89	0
576	Doações	464.000,00	464.000,00	0
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00	
59	Resultado transitados	-50.411.383,00	-57.799.922,02	12,78
88	Resultado líquido do exercício	2.129.447,65	2.580.001,03	-17,46
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	41.330.091,65	34.392.103,07	20,17
	PASSIVO			
292	Provisões para riscos e encargos	51.102.211,97	55.731.229,36	-8,31
		51.102.211,97	55.731.229,36	-8,31
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)			
2312	Dívidas a instituições de crédito	34.538.042,43	18.213.618,59	89,63
		34.538.042,43	18.213.618,59	89,63
	Dívidas a terceiros - Curto prazo			
2311	Empréstimos de curto prazo	350.000,00	305.000,00	14,75
23121	Empréstimos de ml Prazo - Componentes a pagar a c/prazo	4.001.722,13	3.906.848,07	2,43
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	
221	Fornecedores, c/c	6.348.724,95	19.037.216,95	-66,65
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	344.723,87	1.134.822,34	-69,62
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
217	Clientes e utentes c/ cauções	193.070,12	199.993,29	-3,46
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	3.180.368,58	6.848.253,83	-53,56
24	Estado e outros entes públicos	244.343,96	136.989,11	78,37
264	Administração autárquica	0,00	0,00	
262+263+267+268	Outros credores	3.320.283,13	6.043.434,46	-45,06
21102	Restituições a clientes	0,00	0,00	
223	Fornecedores por vendas a dinheiro	2.572,50	2.606,85	-1,32
2618	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	4.183,73	23.161,30	-81,94
2614	Fornecedores Imobilizado - Fatoring	520.813,30	642.081,86	-18,89
2615	Fornecedores Imobilizado - Outros créditos cedidos	131.656,19	167.066,18	-21,2
222	Fornecedores c/c-Factoring	4.519,66	4.519,66	0
224	Fornecedores c/c-outros créditos cedidos	4.350,43	151.404,46	-97,13
	Acréscimos e diferimentos	18.651.332,55	38.603.398,36	-51,68
273	Acréscimos de custos	1.987.156,18	1.642.346,77	20,99
274	Proveitos diferidos	51.977.652,60	52.664.337,12	-1,3
		53.964.808,78	54.306.683,89	-0,63
	TOTAL DO PASSIVO	158.256.395,73	166.854.930,20	-5,15
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	199.586.487,38	201.247.033,27	-0,83

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Código das Contas POCAL		DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADA			VAR %
		2017		2016	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias	0,00		0,00	
616	Matérias	540.272,56	540.272,56	803.441,39	803.441,39
62	Fornecimentos e serviços externos	6.099.394,74		6.077.223,75	
641+642	Custos com o pessoal:	0,00		0,00	
643 a 648	Remunerações	8.933.170,67	15.032.565,41	7.892.128,15	13.969.351,90
63	Encargos sociais				-7,61
66	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.978.206,52	1.978.206,52	2.257.076,38	2.257.076,38
67	Amortizações do exercício	2.737.685,12		2.726.375,25	12,36
65	Provisões do exercício	746.446,02	3.484.131,14	922.790,94	3.649.166,19
	Outros custos e perdas operacionais	405.025,30	405.025,30	208.336,34	4,52
	(A)	0,00	21.440.200,93	0,00	20.887.372,20
68	Custos e perdas financeiras	814.934,57	814.934,57	708.321,98	708.321,98
	(C)	0,00	22.255.135,50	0,00	21.595.694,18
69	Custos e perdas extraordinárias	847.358,20	847.358,20	338.931,32	338.931,32
	(E)		23.102.493,70		-150,01
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00		21.934.625,50
	(G)		23.102.493,70		-5,32
88	Resultado líquido do exercício		2.129.447,65		2.580.001,03
			25.231.941,35		-17,46
	PROVEITOS E GANHOS				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	36.904,67		0,00	
712	Prestações de serviços	1.902.019,58		1.906.817,38	
713	Rendas	67.242,24		1.144.918,21	
715	Reembolsos e Anulações	-390,65		-228,08	
7114	Outras Vendas	2.242,64	2.008.018,48	4.916,72	3.056.424,23
72	Impostos e taxas	7.671.509,25		7.640.915,13	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		416.582,46	
73	Proveitos suplementares	95.280,96		148.302,95	
74	Transferências e subsídios obtidos	12.285.922,91		11.715.312,52	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	78.745,07	20.131.458,19	153.027,49	20.074.140,55
	(B)	0,00	22.139.476,67	0,00	23.130.564,78
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.343.078,98	1.343.078,98	124.479,50	124.479,50
	(D)	0,00	23.482.555,65	0,00	23.255.044,28
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.749.385,70	1.749.385,70	1.259.582,25	1.259.582,25
	(F)		25.231.941,35		24.514.626,53
					2,93

RESUMO:

Resultados Operacionais: (B)-(A)	699.275,74	2.243.192,58	-68,83
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	528.144,41	-583.842,48	190,46
Resultados Correntes: (D)-(C)	1.227.420,15	1.659.350,10	-26,03
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	2.129.447,65	2.580.001,03	-17,46



2

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'X' or 'S' shape, positioned above a curved arrow pointing towards the text below.

MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA
DA
REUNIÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA

LOCAL : Sala de Sessões dos Paços do Município.

DATA : 25-06-2018

Hora de abertura da Reunião: 14:00 horas

A reunião iniciou-se com a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, HUMBERTO FERNANDO LEÃO PACHECO DE BRITO, e os seguintes Vereadores:

PAULO SÉRGIO LEITÃO BARBOSA;

JOAQUIM AGOSTINHO MOREIRA DA SILVA PINTO;

FILOMENA LUÍS NOGUEIRA DA SILVA;

JOAQUIM ADELINO MOREIRA DE SOUSA;

CÉLIA DA SILVA CARNEIRO;

PAULO JORGE RODRIGUES FERREIRA.



A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'X' or a similar mark, located in the top right corner of the document.

4

MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA CÂMARA MUNICIPAL

Ponto 3 - Prestação de contas consolidadas 2018; (2017)

Sobre o assunto acima referido foi presente à consideração da Câmara Municipal, a informação registada sob o nº 2297, de 21/06/2018, proveniente do DCPT.

A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, concordar com a proposta apresentada, nos seus precisos termos.

A Câmara deliberou, ainda, por unanimidade, submeter a referida proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para os devidos e legais efeitos.

2.4 DIVISÃO OBRAS PARTICULARES

2.4.1 SECÇÃO OBRAS PARTICULARES

Ponto 4 - Pedido de Certidão de Compropriedade (AUGI) requerida por Eduardo Moreira Torres (PC 84/2018);

Sobre o assunto acima referido foi presente à consideração da Câmara Municipal, o requerimento registado sob o n.º 1272, em 14/06/2018, do Proc.º PC 84/2018, proveniente da DOP.

A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao requerido

2.6 GABINETE DE APOIO AOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS

Ponto 5 - 1.ª Alteração ao Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Paços de Ferreira;

Sobre o assunto acima referido foi presente à consideração da Câmara Municipal, a informação registada sob o nº 2249, de 19/06/2018, proveniente do GAOA.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto na informação supra.



MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

Terminada a ordem de trabalhos, foi lavrada a presente Acta sob a responsabilidade do Director do DAJF. -----

Submetida a discussão e votação foi, por unanimidade, aprovada. -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas 14:30 horas. -----

O Presidente da Câmara Municipal

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito".

(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito)

O Director do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "José Manuel Ribeiro Leão".

(José Manuel Ribeiro Leão)